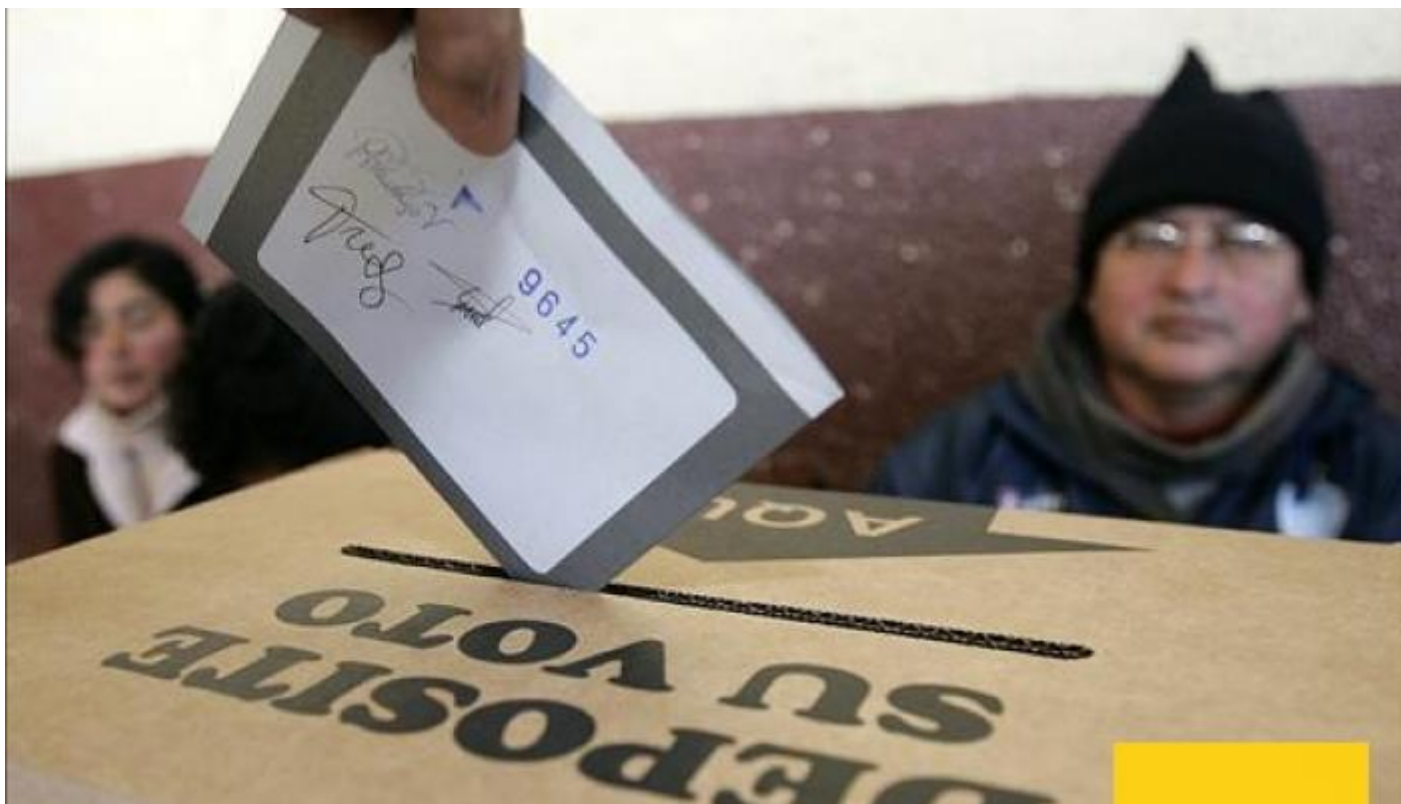


Assassinatos de dirigentes sociais na Colômbia



Por María Josefina Arce

A campanha para as eleições gerais de maio na Colômbia foi retomada na última segunda-feira em meio à insegurança e o assassinato de dirigentes sociais, um problema que continua afetando a sociedade a quase dois anos da assinatura do acordo de paz entre o governo e a ex-insurgente Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia.

Segundo as informações, nos últimos dias foi assassinada a tiros por desconhecidos a líder trabalhadora rural colombiana Maria Magdalena Cruz Rojas no município de Mapiripán, no departamento de Meta, na porção central do país.

Cruz Rojas, assassinada na frente de seu marido e filho, é uma a mais na longa lista de ativistas sociais que foram mortos nos últimos meses. A situação é tão grave que o governo foi obrigado a admiti-lo.

A líder camponesa dirigia o movimento para a substituição de cultivos ilícitos em Mapiripán, uma região que durante muitos anos foi teatro do conflito armado e refúgio de paramilitares da denominada Autodefesas Unidas da Colômbia.

Esse grupo de extrema direita surgiu na década de 1990 sendo bem conhecido pelos crimes praticados. Em Mapiripán foram autores de um massacre da população civil, provocando dezenas de falecidos.

As Autodefesas Unidas da Colômbia marcaram uma das épocas mais sangrentas da história do país, quando aconteceram mais de mil massacres, milhões de pessoas foram obrigadas a abandonar os lugares onde viviam por causa da violência, se aliaram paramilitares e políticos e se expandiu o poder paramilitar no território colombiano.

Agora, os líderes sociais são alvo de elementos que desejam frear a implementação dos acordos de paz e que não deixam que a sociedade cure suas feridas após um conflito armado de mais de cinco décadas.

A organização Somos Defensores publicou relatório em 1o de março passado em que assegura que a violência contra ativistas dos direitos humanos e líderes sociais matou 106 pessoas em 2017.

O estudo detalha que, no ano passado, a cada três dias, em média, era assassinado um defensor ou uma defensora de direitos humanos na Colômbia, enquanto que a Comissão Interamericana de Direitos Humanos pediu que fossem tomadas medidas urgentes para proteger os dirigentes sociais.

Para a presidente da Associação Nacional de Zonas de Reserva Camponesa, Carmenza Gómez Ortega, as mortes de líderes sociais no país sul-americano são sistemáticas e seletivas. São assassinados os que participam das organizações rurais e da movimento de promoção do cumprimento dos acordos de paz e a substituição de cultivos ilícitos.

“São dirigentes que vêm participando de debates, propostas, não são casos isolados, são companheiros que fazem parte dos processos, das organizações”, afirmou a dirigente rural.

A maioria dos crimes ocorre nos departamentos de Cauca, Antioquia, Norte de Santander, Nariño, Valle, Córdoba e Chocó, porém, segundo organismos de direitos humanos, não são poupados outros lugares do país.

A verdade é que os dirigentes sociais são ameaçados e detidos arbitrariamente. E, até agora, não foram adotadas medidas efetivas que coloquem ponto final a essa situação que ameaça a implementação dos históricos acordos de paz assinados em Havana e que não permite ao povo colombiano deixar atrás o passado.

<https://www.radiohc.cu/index.php/pt/especiales/comentarios/158924-assassinatos-de-dirigentes-sociais-na-colombia>



Radio Habana Cuba